

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.594.037 - SP (2019/0293730-8)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
ADVOGADOS : NEILDES ARAUJO AGUIAR DI GESU E OUTRO(S) - SP217897
DIEGO JOSE REIS DE OLIVEIRA - SP376600
AGRAVADO : EDERSON FLAVIO IVO ABELAN
ADVOGADOS : MARCO AURELIO MARCHIORI E OUTRO(S) - SP199440
JAIR APARECIDO MOREIRA - SP313079

DECISÃO

Trata-se de agravo, interposto pelo BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A, em face de decisão que inadmitiu recurso especial, fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

REVISIONAL DE CONTRATOS BANCÁRIOS - Abertura de Conta Corrente e Financiamentos/Empréstimos - Aplicação do CDC ao caso - Súmula 297, do STJ - Juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indicam abusividade - Cobrança de capitalização de juros devidamente contratada nos contratos de empréstimo/financiamento - Banco que, contudo, cobrou valores excedentes àqueles previstos contratualmente - Contrato de Abertura de conta corrente, por outro lado, não carreado aos autos - Taxa de juros que deve ser limitada à taxa média do mercado nas operações da espécie, divulgada pelo Bacen, salvo se a taxa cobrada for mais vantajosa para o cliente, em razão de orientação do C. STJ tomada em recurso julgado sob o rito do art. 543-C do CPC - Recálculo das prestações - Autorizada a compensação - Extinção das obrigações, até onde se compensarem - Art. 368, CC - Recurso do banco réu improvido, provido o do autor, para declarar que as obrigações devem ser consideradas extintas, até onde se compensarem, com observação quanto aos honorários. (e-STJ, fl. 1.461)

Nas razões do recurso especial, o agravante aponta divergência jurisprudencial, sustentando, em síntese: a) inépcia da inicial; b) da impossibilidade de revisão do contrato em questão, em razão da ausência de lesão, bem como, sob pena de afronta ao *pacta sunt servanda* e da boa fé objetiva; c) legalidade da capitalização mensal de juros e da cobrança da comissão de permanência; d) não limitação da taxa dos juros remuneratórios

à 12% ao ano; e, e) não ser cabível a inversão do ônus da prova na hipótese.

É o relatório.

Decido.

O recurso não procede.

Inicialmente, observa-se que o recorrente não indica qual ou quais dispositivos entende violados, tornando patente a falta de fundamentação do apelo especial, circunstância que atrai a incidência do enunciado nº 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

A propósito:

“AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. QUEIMA DE CANA DE AÇÚCAR - REEXAME DE PROVA. SÚMULA 7 DO STJ. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SUMULA 284 DO STF. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A reforma do julgado quanto à ocorrência ou não do dano, que gerou a obrigação de indenizar, demanda inegável necessidade de incursão nas provas constantes dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial. Incidência do óbice da Súmula 7 desta Corte.

2. A alegação de ofensa genérica à lei, sem a particularização dos dispositivos eventualmente violados pelo aresto recorrido, implica deficiência de fundamentação, conforme pacífico entendimento desta Corte Superior, fazendo incidir o enunciado da Súmula 284/STF.

3. A admissibilidade do recurso especial pressupõe-se uma argumentação lógica, demonstrando de plano a violação do dispositivo legal pela decisão recorrida, a fim de demonstrar a vulneração existente, o que não ocorreu na hipótese da alegada violação ao art.

38, § 4º, da Lei 12.651/12.

4. Agravo regimental não provido”. (AgRg no AREsp 721.287/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 20/08/2015, DJe 27/08/2015)

Outrossim, o recurso não merece prosperar pela alínea "c" do permissivo constitucional em razão do descumprimento do disposto nos arts. 541, parágrafo único, do CPC/73 e 255, § 2º, do RISTJ. Com efeito, para a caracterização da sugerida divergência

jurisprudencial, não basta a simples transcrição de ementas. Devem ser mencionadas e expostas as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, sob pena de não serem atendidos, como na hipótese, os requisitos previstos nos mencionados dispositivos.

Confiram-se os seguintes julgados:

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. QUITAÇÃO DE OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA. TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA. DAÇÃO EM PAGAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. FALTA DE PREVISÃO LEGAL. PRECEDENTES. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO.

(...)

III - Já é firme o entendimento desta Corte, segundo o qual a simples transcrição de ementas não basta para que se configure a divergência jurisprudencial alegada. Impõe-se a demonstração do dissídio com a reprodução dos segmentos assemelhados ou divergentes entre os paradigmas colacionados e o aresto hostilizado, o que inocorreu no presente caso.

*IV - Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 738.797/RS, Relator o eminente Ministro **FRANCISCO FALCÃO**, DJ de 03.10.2005)*

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AFRONTA AO ART. 535 DO CPC. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. EXAME DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL E DE LEI LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CARACTERIZADO. ART. 255 DO RISTJ.

(...)

IV - Em casos nos quais só a comparação das situações fáticas evidencia o dissídio pretoriano, indispensável que se faça o cotejo analítico entre a decisão reprochada e os paradigmas invocados. A simples transcrição de ementas, sem que se evidencie a similitude das situações, não se presta como demonstração da divergência jurisprudencial.

*Agravo regimental desprovido." (AgRg no REsp 754.475/AL, Relator o eminente Ministro **FELIX FISCHER**, DJ de 26.09.2005)*

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019.

Ministro RAUL ARAÚJO
Relator